

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 102.500 - MG (2018/0225031-9)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
RECORRENTE : ROBERT PINTO DA SILVA (PRESO)
ADVOGADO : ÉRCIO QUARESMA FIRPE - MG056311
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

EMENTA

RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. HOMICÍDIO QUALIFICADO. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. IMPUGNAÇÃO À PRISÃO PREVENTIVA. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA CONDENATÓRIA. MANUTENÇÃO DA SEGREGAÇÃO PROVISÓRIA COM BASE EM NOVO FUNDAMENTO. IMPOSSIBILIDADE DE APRECIÇÃO POR ESTA CORTE SUPERIOR DE JUSTIÇA, SOB PENA DE INDEVIDA SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. PERDA DO INTERESSE JURÍDICO. RECURSO PREJUDICADO.

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por ROBERT PINTO DA SILVA (PRESO) contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais proferido no HC n.º 1.0000.18.048848-8/000.

Consta dos autos que o Recorrente está preso preventivamente, desde o dia 18/05/2017 (fl. 33), pela suposta prática do crime tipificado no art. 121, § 2.º, incisos I, III e IV, do Código Penal, bem como no delito capitulado no art. 35, c.c. o art. 40, inciso IV, da Lei n.º 11.343/2016, com aplicação dos arts. 29 e 69 do Código Penal, porque, segundo a pronúncia, "[...] no dia 15 de novembro de 2016, por volta de 15:59 horas, na rua Trajano Amâncio Ferreira, altura do nº 40, bairro Jardim dos Comerciantes, [...], os denunciados, agindo com animus necandi, efetuaram disparos de arma de fogo contra Wesley Elias do Carmo Silva, v. 'Leco' ou 'Lecão', produzindo na vítima os ferimentos descritos no relatório de necropsia de f. 42/43, que por sua natureza e sede, foram a causa eficiente de sua morte" (fl. 33).

Inconformada com a decisão que manteve a prisão preventiva do Réu, a Defesa impetrou *habeas corpus* perante a Corte de origem, que denegou a ordem, conforme acórdão ementado nos seguintes termos (fl. 60):

"HABEAS-CORPUS - HOMICÍDIO QUALIFICADO E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO - SENTENÇA DE PRONÚNCIA - DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE - DECISÃO

Superior Tribunal de Justiça

FUNDAMENTADA - FATOS CONCRETOS QUE INDICAM A NECESSIDADE DA MEDIDA CONSTRITIVA - MODUS OPERANDI - SUBSTITUIÇÃO DA PRISÃO INADEQUADA - GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA - ORDEM DENEGADA. 1. Estando presentes os pressupostos autorizadores para a manutenção da custódia cautelar não se defere o direito de recorrerem liberdade. 2. Não há falar-se em constrangimento ilegal quando o juiz, na sentença de pronúncia, exerce, fundamentadamente, o juízo de cautelaridade previsto no §3º do art. 413 do CPP, reconhecendo presentes os requisitos autorizadores da prisão preventiva elencados no art. 312 do mesmo diploma legal. 3. O 'modus operandi' do fato praticado pelo paciente é fundamento que enseja a manutenção da segregação cautelar, a bem do resguardo da ordem pública. 5 (sic). Incabível é a substituição da prisão por outra medida cautelar conforme disposto no artigo 282 §6º, do CPP e presentes estando os requisitos do artigo 312 do mesmo diploma legal associados à gravidade do delito, inadequadas são tais medidas. 6. Ordem denegada."

Nas razões recursais, alega-se que "a decisão objurgada monocrática, referendada pela Câmara a quo, foi lacônica, não havendo indicação de eventuais condutas praticadas pelo recorrente no curso do inquérito policial ou sumário de culpa, que justificassem no caso sub exame, a necessidade da sua permanência no cárcere" (fl. 88).

Sustenta-se que "[...] a manutenção prisão preventiva depois da pronúncia só se justifica quando fundada em motivação concreta sobre a sua real necessidade da existência dos requisitos autorizadores desta. O que não se verifica no caso dos autos" (fl. 91).

Pondera-se que "a garantia da ordem pública e o clamor das ruas não revogam os preceitos constitucionais da ampla defesa e do devido processo legal, concessa venia. O pseudo-arrimo do decreto sucumbe diante da doutrina pátria e jurisprudência dominante no Excelso Pretório" (fl. 113).

Assevera-se que "o inquérito policial e a instrução criminal tramitaram sem qualquer percalço. Não constam dos autos nenhuma (sic) informações oriundas da autoridade policial ou juiz de direito, no que se refere à destruição de provas, coação de testemunhas ou aliciamento de peritos. Assim sendo, impossível se falar em garantia da instrução criminal, que já foi ultimada" (fl. 114).

Afirma-se que "[...] não se pode falar em risco de fuga. Viu-se preso no endereço indicado pela autoridade policial, tendo pois raízes fixas no distrito da culpa.

Superior Tribunal de Justiça

Diante deste argumentos e fundamentos, impõe-se o provimento deste recurso" (fl. 115).

Argumenta-se que "[...] o caso dos autos comporta a aplicação de medidas outras, diversas da prisão, preconizadas no artigo 319 do Código de Processo Penal, substituindo o status de preso pela liberdade 'vigiada', medida que mostra-se adequada [...]" (*ibidem*).

Defende-se a possibilidade de aplicação das "[...] medidas estampadas no artigo 319 do Digesto Processual Penal, eis que adequadas ao caso presente, notadamente o monitoramento eletrônico previsto no inciso IX do referido dispositivo legal" (fl. 121).

Requer-se, em liminar e no mérito, seja revogada a custódia preventiva do Recorrente, mediante a imposição de medidas cautelares diversas da prisão.

O pedido liminar foi indeferido (fls. 135-140).

Prestadas as informações, o Ministério Público Federal opinou pelo desprovimento do recurso (fls. 166-169).

É o relatório.

Decido.

Conforme as informações prestadas em 13/09/2019, foi proferida sentença, na qual o Paciente foi condenado a cumprir pena de 22 (vinte e dois) anos, 7 (sete) meses e 27 (vinte e sete) dias de reclusão, em regime inicial fechado, mais 800 (oitocentos) dias-multa, como incurso nos arts. 121, § 2.º, incisos I e IV, do Código Penal, e 35, c.c. o art. 40, inciso IV, da Lei n.º 11.343/2016, na forma dos arts. 29 e 69 do Código Penal. Na oportunidade, o Magistrado sentenciante negou o apelo em liberdade e, para tanto, valeu-se além da fundamentação utilizada para manter a prisão preventiva na sentença de pronúncia, do fato de o Recorrente ostentar "*diversas outras condenações criminais definitivas, o que permite a conclusão segura de se tratar de indivíduo vocacionado à prática delitiva*" (fl. 292).

Assim, há novo título a respaldar a custódia cautelar, porque as razões anteriormente consignadas para legitimar a segregação, idôneas ou não, foram complementadas pelo superveniente fundamento, que ainda não foi objeto de análise pelo Tribunal impetrado.

A custódia processual, agora, decorre da decisão condenatória de primeiro

Superior Tribunal de Justiça

grau, na qual o Juízo sentenciante deve se pronunciar sobre a necessidade da prisão preventiva, consoante a regra prevista no art. 387, parágrafo único, do Código de Processo Penal, *in verbis*:

"Parágrafo único. O juiz decidirá, fundamentadamente, sobre a manutenção ou, se for o caso, imposição de prisão preventiva ou de outra medida cautelar, sem prejuízo do conhecimento da apelação que vier a ser interposta." (sem grifos no original)

A verificação de eventual constrangimento ilegal, pelo desatendimento ao texto legal citado, por se tratar de novo título, em que foram agregados novos fundamentos, deve ser postulada perante a Corte competente. Não pode este Tribunal Superior se adiantar em tal análise, sob pena de indevida supressão de instância (Constituição da República, art. 105, inciso I, alínea c).

Nesse sentido:

"AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EM HABEAS CORPUS. CONVERSÃO DA PRISÃO EM FLAGRANTE EM PREVENTIVA. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA CONDENATÓRIA. FORMAÇÃO DE NOVO TÍTULO. REALIDADE JURÍDICO-PROCESSUAL ALTERADA. PREJUDICIALIDADE DA QUESTÃO SUSCITADA NO RHC. PRECEDENTES.

1. A partir da sentença, a prisão cautelar, se mantida, decorre de novo título judicial. Assim, é em face desse novo contexto que se deve indagar sobre os requisitos da segregação cautelar.

2. Prevalece no âmbito da Sexta Turma desta Corte o entendimento no sentido de que constitui novo título a expedição de sentença condenatória que mantenha a custódia preventiva, mesmo que não lance mão de novos fundamentos para a manutenção daquela. Precedentes. (EDcl no RHC n. 78.448/MG, Sexta Turma, DJe 23/3/2017).

3. Agravo regimental improvido." (AgRg no RHC 94.324/RO, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 22/03/2018, DJe 03/04/2018; sem grifos no original.)

Ante o exposto, JULGO PREJUDICADO o recurso ordinário em *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora